



Anais da Assembléia

N.º 39

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Ayrton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gemote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Renato Bueno, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

○ SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

○ SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

○ SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

180/77: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Jornalista Roberto Marinho, o qual convertido em Lei tomou o número 7.114. — Agradeça-se.

110/78: Do Senhor ex-Deputado Jorge Sato, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Eirichi Horibe, o qual convertido em Lei tomou o número 7.115. — Agradeça-se.

193/78: Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que cria no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede e Divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.116. — Agradeça-se.

142/78: Do Senhor Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a Creche e Jardim de Infância Servas Franciscanas do Bom Pastor, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.117. — Agradeça-se.

112/78: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Goioerê, com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 7.118. — Agradeça-se.

77/78: Do Senhor Deputado Domício Scaramella, que denomina posto de fiscalização Ariovaldo Huergo, a Unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizadas em Rondinha, Município de Paula Freitas, o qual

convertido em Lei tomou o número 7.119. — Agradeça-se.

85/78: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor, Doutor Milton Miró Vernalha, o qual convertido em Lei tomou o número 7.120. — Agradeça-se.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada da ARENA, indico os Senhores Deputados Ayrton Cordeiro, José Domingos e João Elísio, como membros efetivos e, os Senhores Deputados Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer e Florisvaldo Palácios, como membros suplentes, da Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará o problema do menor no Estado.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder da Bancada da ARENA junto a essa Assembléia Legislativa, indico o nome do nobre Deputado Egon Pudell em substituição ao nome do nobre Deputado Ruben Valduga, para compor como membro titular a CPI sobre o Cooperativismo a ser instalada.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 45/79, Mensagem Governamental n.º 50/79, que visa solicitar autorização à concessão de empréstimos e financiamentos pelo Estado do Paraná, conforme específica.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação em ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LOURENÇO LOPEZ, ocorrido hoje, na cidade de Jacarezinho - PR. O mesmo era Suplente de Vereador e ex-funcionário do Departamento de Estradas e Rodagem daquele município.

Outrossim, requer, da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, residente à Rua Antônio Lemos n.º 984 - Jacarezinho, em nome de Lourenço Lopez Filho.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) PALÁCIOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER voto de solidariedade ao Departamento de Jornalismo da Rádio Alvorada de Londrina, na pessoa do Sr. Coutinho Mendes, jornalista responsável pelo setor, e aos demais jornalistas, que vêm divulgando com imparciali-

dade os desdobramentos da crise gerada no Hospital Universitário de Londrina.

O presente voto depreende de sua posição tomada quando da apreensão de fitas gravadas, pela Polícia Federal, sobre o movimento dos grevistas do Hospital Universitário de Londrina.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente assina, na forma regimental, REQUER seja consignado um voto de regozijo ao colunista JOSÉ WANDERLEY DIAS, ao jornal "A GAZETA DO POVO" e à "RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ", respectivamente nas pessoas dos Doutores Francisco da Cunha Pereira e Erwin Bonkoski pelas 6.000 crônicas de "A VISTA DO MEU PONTO", da lavra daquele colunista e apresentadas nesses destacados meios de comunicação social.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o requerimento, dê-se ciência às personalidades nominadas.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

A coluna "A Vista do Meu Ponto", de autoria do consagrado homem de comunicação social José Wanderley Dias, vêm de completar o expressivo número de 6.000 crônicas.

Vários lustros são passados e continuamente é transmitida por órgãos de radiofonia e de imprensa, onde são oferecidos o melhor do seu talento e do seu saber em prol da pessoa humana, num dos mais dignificantes trabalhos dos quantos tivemos oportunidade de conhecer.

Sempre preocupado com o homem, sendo de inteira justiça proclamar-se nesta oportunidade, foi Wanderley Dias um dos precursores em ressaltar a dignidade humana acima de outros valores, hoje tão em voga, enfatizada por todos aqueles que de alguma forma detêm responsabilidades sociais.

Por tratar-se de uma pessoa que tem sabido honrar como poucos as melhores virtudes humanas, sem tergiversar em sua conduta retilínea, houvermos por apresentar esse requerimento que ora submetemos à consideração dos nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a implantação de uma linha de transportes coletivos do Município de Bandeirantes à Curitiba, tendo como itinerário Abatíá-Ribeirão do Pinhal-Jundiá do Sul e Guapirama.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A medida acima pretendida, vem de inúmeras solicitações de Prefeitos Municipais e usuários, tendo em vista que atualmente, aqueles que têm necessidade de efetuar tais viagens são obrigados a baldeações incômodas, ou fazendo uso de táxis para alcançar os pontos de linhas existentes e encarando com isso suas locomoções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Neto, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Plano Rodoviário Estadual

a pavimentação asfáltica do trecho que liga Carlópolis à Ribeirão Claro, tendo em vista que tal medida trará grandes benefícios para aquela região.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) PALÁCIOS

Apoioamento: Gabriel Manoel e Lázaro Dumont.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, expedientes solicitando implantação de linha de transportes coletivos entre Jacarezinho e Londrina, tendo como itinerário, Santo Antônio da Platina-Ribeirão do Pinhal-Nova Fátima-Santo Antônio do Paraíso-São Sebastião da Amoreira e Assaí.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A medida pretendida no presente requerimento, uma vez concretizada atenderá uma grande população de uma região do Paraná, que ainda hoje não possui os serviços solicitados. Nossa solicitação é necessária e viável tendo em vista, ser o trajeto em rodovias pavimentadas, mas que atualmente os usuários deste tipo de transportes, têm que lançar mão de recursos, tais como, automóvel particular ou fazer duas ou até três baldeações, que traz inconvenientes de várias naturezas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Neto, Secretário de Estado dos Transportes - solicitando o asfaltamento de segundo acesso rodoviário ligando a BR-369 à Ubiratã, passando pela Cooperativa Agrícola de Cotia.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O acesso rodoviário que pretendemos seja beneficiado por asfalto mede aproximadamente mil e quinhentos metros e servirá diretamente uma área industrial daquela comuna.

Elevado número de caminhões carregados se locomovem diariamente até a Cooperativa levando a produção agrícola, sem falar no alto número de carros pequenos que para ela ocorrem.

O interligamento por asfalto deste acesso ligando a BR-369 à cidade de Ubiratã, se faz necessário e imperioso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja constituída uma COMISSÃO ESPECIAL composta de cinco (5) membros, para representar o Poder Legislativo Estadual, nos festejos comemorativos ao 32.º aniversário da Cidade de Maringá realizados no período de 1.º a 15 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(aa) ANTÔNIO FACCI e RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

Maringá destaca-se como uma das principais cidades de nosso Estado. Possui privilegiada situação geográfica, um dos motivos de atração do sistema fundiário, caracterizado pelo minifúndio, responsável pelo alto índice demográfico e rápida colonização e desenvolvimento. Ocupa lugar de destaque na economia paranaense.

Os recordes obtidos em todas as exposições-feiras Agrope-

cuárias e Industriais de Maringá; o parque industrial em pleno desenvolvimento; o Moderno Centro de Abastecimento, seu desenvolvimento cultural e a grandiosidade de sua gente, merecem perfeitamente uma representação desta Casa em suas festividades comemorativas ao 32.º ano de fundação, participando assim da programação que acompanha o presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário do Interior, solicitando informações a respeito das atividades da SANEPAR, conforme perguntas abaixo discriminadas:

01) Qual o critério adotado para a cobrança, dentro da tabela progressiva, por metros cúbicos de água?

02) Existe alguma negociação em via de ser realizada, visando a compra do controle da CAGEPAR (Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá)?

03) Qual a razão da grande diferença de preço entre os serviços da SANEPAR e de uma empresa particular?

04) Pelo simples fato da rede de esgotos passar defronte a uma determinada residência, mesmo que o proprietário da mesma não utilize tal sistema, A Companhia entende correto cobrar a "taxa de esgoto"?

05) Porque a SANEPAR é considerada "empresa deficitária" e firmas particulares que exploram o mesmo setor (vide CAGEPAR) são lucrativas, inclusive distribuindo dividendos aos seus acionistas?

06) A compra de material para a realização das obras é efetuada através da SANEPAR ou da URBS, que executa os trabalhos?

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 48/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal do Município de Toledo, passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 13 (treze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), os números de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por Lei Estadual tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo T.R.E. e de acordo com proporção e número estabelecidos através citado art. 28.

A certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral e que anexamos ao presente, dizem da justeza da medida que ora propomos, através do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Deputado Adolfo de Oliveira Franco.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de mais uma vez, deixar patenteado aqui, a minha disposição em requerer, sempre que for necessário, pedidos de informações, aos órgãos do Executivo. Acredito que esta

é a melhor forma para que não venhamos a cometer injustiças nesta Casa.

É claro, que a Oposição tem maiores dificuldades em conseguir e obter informações junto aos órgãos do Governo.

Assim sendo, dispomos de um item regimental, que dá condição ao Legislador de requerer pedido de informações.

Por isso, solicitamos mais uma vez, ao líder da bancada da Situação, para que veja com carinho cada pedido, a fim de que no futuro, nossos pronunciamentos sejam baseados na justiça.

Hoje, estou requerendo um pedido de informações, à Secretaria do Interior, pergunto a respeito de atividades da SANEPAR.

Sabemos que não cabe pedido de informações direto à Companhia Mista, por isso mesmo solicitamos então, a interferência da Secretaria do Interior.

Pergunto eu:

Qual o critério adotado para cobrança dentro da Tabela progressiva por metros cúbicos de água? O que a Sanepar vem cobrando de maneira até exorbitante, é incrível.

Fiz eu uma comparação com a taxa cobrada com a CAGEPAR - Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá; quarenta metros cúbicos de água em Paranaguá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, custa Cr\$ 73,50. A mesma quantidade cobrada pela SANEPAR chega ao incrível de Cr\$ 199,92.

Pela mesma quantidade, o esgoto, a tarifa, o percentual é cobrado na base de Cr\$ 44,10. Enquanto que a SANEPAR cobra Cr\$ 159,93 centavos.

Então, esse é um dos motivos da primeira pergunta que faço.

A segunda pergunta, através do pedido de informações que estou encaminhando, é a seguinte: existe alguma negociação em via de ser realizada, visando a compra do controle da CAGEPAR - Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá? Necessito de obter esta informação porque sabemos, através de usuários desta companhia paranguara, de que a SANEPAR está realizando estudos visando o encampamento desta Companhia de Paranaguá.

A terceira pergunta: qual a razão da grande diferença de preços entre o serviço da SANEPAR e de uma empresa particular? Sabemos que existem problemas de processamento de dados, problemas de números de funcionários, mas pretendemos obter uma resposta oficial da SANEPAR.

Quarta pergunta: pelo simples fato da rede de esgotos passar defronte uma determinada residência, mesmo que o proprietário da mesma não utilize tal sistema, a Companhia entende correto pagar a taxa de esgotos? Sabemos que diversos moradores de alguns bairros de Curitiba, não se utilizam da rede oficial de esgotos da SANEPAR e, no entanto, são obrigados a pagar a taxa de esgotos, sem que tenham nenhum desconto realizado por parte da SANEPAR. Nenhum estudo é feito neste sentido também, para fazer justiça àqueles que se utilizam de rede de esgotos e que, assim mesmo, têm que pagar a taxa.

A quinta pergunta: por que a SANEPAR é considerada uma empresa deficitária e firmas particulares, que exploram o mesmo setor, vide CAGEPAR, são lucrativas, inclusive distribuindo dividendos aos seus acionistas?

A sexta pergunta: A compra de material para a realização das obras é efetuada através da SANEPAR ou da URBS, que executa os trabalhos? Pergunto isto, porque num protocolo da URBS, um morador de Curitiba, residente na Rua Rafael Papa, recebeu um documento dando conta de que uma manilha, ou a extensão de manilhas, custaria a ele o preço unitário de Cr\$ 296,28 quando, verificando na firma Malucelli da Visconde, descobrimos que o preço da manilha é de pouco mais de vinte cruzeiros.

Realmente existe uma disparidade que, talvez, esteja sendo cometida através de falhas de quem apura as contas de com-

pras da SANEPAR ou da URBS ou mesmo até as concorrências.

Sr. Presidente, era isto que gostaria de deixar claro no meu pronunciamento de hoje. Encaminho o requerimento com o pedido de informações e anexando uma série de documentos comprobatórios.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já se encontra sobre a Mesa Executiva um requerimento, deste Deputado, com um voto de solidariedade ao Departamento de Jornalismo da Rádio Alvorada de Londrina, porque a Polícia Federal apreendeu vinte e uma fitas do Jornal Alvorada, das sete às oito da manhã, com entrevistas e noticiário, com relação ao movimento dos grevistas do Hospital Universitário de Londrina.

Fala-se tanto em abertura, mas dá a impressão que essa abertura é tão pequena que por ela cabe apenas a mão do árbitro.

No interior de São Paulo, mais especificamente na região da Alta Sorocabana, Prefeitos de dezenas de municípios estão reunidos, defendendo a execução de uma reforma tributária de profundidade, porque o colapso é iminente e o exemplo paulista deveria ser transportado para o Paraná, e os Prefeitos de ambos os Partidos do Paraná, precisam iniciar uma linha de ação nesse sentido.

De tudo que o Município arrecada, há a seguinte divisão: para o Governo Central, 53%, para o Governo Estadual, 40% e apenas 7% é o total que cabe ao município.

A reforma tributária de 1977, efetivamente é nociva, com a agravante, porque hoje órgãos estaduais e federais são praticamente sustentados pelos Municípios, como o Tiro de Guerra, Rádio Patrulha, Junta de Alistamento Militar, Manutenção de Escolas Estaduais. E, neste mês de maio, em Praia Grande, teremos um Congresso Paulista de Municípios, e dali deverá nascer um movimento de âmbito nacional.

O principal assunto que deverá ser abordado no Congresso de Praia Grande é o esvaziamento financeiro, político e social dos municípios, embora problemas dos setores de saúde e educação também serão debatidos.

O centralismo tributário leva ao esvaziamento, ao esgotamento total, em função do ínfimo retorno, ficando os Municípios sem disponibilidade financeira para investir em obras, saúde, educação, planejamento etc.

É preciso que os Prefeitos do Paraná iniciem já um movimento, visando uma profunda reformulação tributária, caso contrário, muitos municípios fecharão as portas, saindo do mapa.

É preciso também um estudo profundo com relação aos 20% que obrigatoriamente são aplicados em educação, setor de competência e obrigação dos Governos Federal e Estadual.

Os Municípios devem brigar por um retorno maior, proporcional à sua efetiva capacidade de arrecadação. É um alerta que fazemos aos Prefeitos do Paraná, e, principalmente à acéfala Associação dos Municípios do Paraná, porque aqui os Municípios também enfrentam os mesmos problemas, mas, até hoje, nas associações de micro-regiões, ninguém nunca definiu uma posição de ataque, talvez em função de que a grande maioria dos Prefeitos é manietada por interesses outros.

O alerta que fazemos neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados é matéria que lemos no jornal "O Estado de São Paulo" de hoje, onde os Municípios defendem a reforma tributária, mas, no Paraná, os nossos Prefeitos continuam de braços cruzados.

Era só, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Dei-

tos.

Tendo declinado, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra. O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê): "Desejo abordar, nesta oportunidade, o problema crucial do ensino em nosso País.

Lamentavelmente, parece que o Governo ainda não despertou para o problema do ensino, apesar da sua magnitude para o desenvolvimento sócio-econômico. O Estudante, hoje, está entregue a sua própria sorte. Estude se puder! E ele quer, mas não pode. A maioria dos estudantes que chega a concluir seu curso, se não consegue um nível razoável de cultura, é de se acreditar que não seja por lhe faltar a inteligência e o esforço, mas, porque o seu curso é feito em constante sobressalto, pela carência de recursos para pagar as mensalidades que são pesadíssimas, não só pagando multas pelo atraso, e ainda, o que é pior, sofrendo a humilhação de ser impedido de ingressar na sala de aula para assistir as aulas, ou fazer provas. O ensino pois, no Brasil, passou a ser especulado como um negócio de alta rentabilidade.

Referindo-se ao ensino no Brasil, assim se expressou o professor Warren Dean, da Universidade de Nova Iorque:

"O Brasil precisa promover a Educação como uma necessidade para o desenvolvimento econômico e social. A Educação não pode ser um negócio; ela, com lucro, nunca é boa para a sociedade. Não temos, nos Estados Unidos, uma política de tornar a Educação um negócio particular, ao contrário. A consciência do povo é que a Educação deve ser barata e função do Estado, e isso é que é importante".

Depois de mencionar as escolas elitistas, como as de Harvard, Yale e Princeton, onde estudavam estudantes oriundos da classe social mais alta, mostrou que, "com a expansão para o Oeste, uma vez que a sociedade de fronteira era mais igualitária", "instituiu-se, com o apoio do governo federal, a Universidade pública, que tomou conta das cidades".

O professor Warren Dean acrescenta:

"Lá (nos Estados Unidos) também há uma sociedade de classes, e são mantidos privilégios, mas os políticos estão interessados em formar as capacidades técnicas da nação, e é muito perigoso a Educação ser usada como fonte de lucro".

Numa alusão aos técnicos norte-americanos, vindos para o Brasil, em função do acordo MEC-USAID, para traçar a nossa política educacional, eis o que denuncia Dean, a propósito da conversão do ensino universitário gratuito em ensino universitário pago:

"Os tecnocratas norte-americanos que estão apoiando esse tipo de reforma aqui, são execrados nos Estados Unidos. Se a Educação se privatiza, onde se formarão os técnicos de alto nível? Nos EEUU? Na Europa?"

E enfatizou que "o que custa caro é deixar fora do mercado de trabalho boa parte da população", pois desenvolvimento econômico exige recursos humanos enormes, necessitando da Educação em todos os níveis".

O professor Celso de Vasconcelos Pinheiro, reitor da Universidade de Minas Gerais, ao comentar proposta do atual Ministro da Educação, "para que os alunos em condições de pagar seus estudos ajudem a subvencionar o ensino dos carentes", declarou que "não é papel da Universidade definir quem é pobre e quem é rico", sendo o ensino pago "uma falsa solução".

"O que nos importa é termos os recursos necessários para atender ao ensino, que foi sempre essencial, em qualquer tempo, em qualquer lugar, em qualquer regime. O ensino é mais um privilégio da comunidade que um privilégio do cidadão. Só com pessoal qualificado a comunidade evolui. Nunca soube de uma tribo que ficasse rica de repente, mesmo tendo petróleo".

De acordo com Vasconcelos, "a dependência econômica do país tende a crescer, se não houver pesquisa para incentivar

o desenvolvimento do know-how nacional".

"A pesquisa pura é fundamental para a Universidade, mas a aplicada também o é. E, se ela não estiver comprometida com empresas, pode gerar tecnologia nova. A médio e longo prazo, a pesquisa pura é mais importante".

"Por definição, o aproveitamento de uma pesquisa por empresa multinacional nem sempre se reflete prioritariamente no país. Aplicada por empresas nacionais ou estatais, trará, sem dúvida, maiores benefícios. E até sob esse aspecto ressalta-se a importância das Universidades federais. Dificilmente universidade particular terá condições de desenvolver pesquisas, devido ao seu alto custo".

São duas abalizadas opiniões as que expusemos, sendo de acentuar-se a denúncia do professor Warren Dean de que, nos técnicos norte-americanos da USAID, está a raiz da transformação em pago o ensino universitário de todo o Brasil.

Vimos, por outro lado, a necessidade e a importância do ensino superior na formação de uma tecnologia nacional, e da sua influência capital em nosso desenvolvimento econômico.

Compreendemos tudo isso desde muito cedo, razão pela qual somos ardorosos defensores do ensino gratuito em todos os graus, desde o de primeiro grau até o de nível superior.

Quando o IBGE nos revela que, no decênio de 1962 a 1972, houve um acréscimo de matrículas na ordem de 91% no curso primário, de 300% no ginásio, de 325% no colegial e de 556% no universitário, temos de fazer algumas reflexões.

A explosão demográfica, de que somos palco, ao ponto do governo norte-americano intervir indebitamente, quebrando a nossa soberania, para controle da natalidade, temos de convir que é irrisória a porcentagem encontrada pelo IBGE, de 91% de aumento nas matrículas no curso primário. Algo de errado está ocorrendo. A escola primária deve ser franqueada a todo mundo, ricos, pobres e paupérrimos, de sorte que as crianças sejam pelo menos alfabetizadas. A política atual precisa mudar, pois.

Mas, não é com a municipalização do ensino primário, sob o pretexto de descentralização, que vamos ter a fórmula correta. Os municípios estão cada vez mais empobrecidos, por escassez de receita, e não terão condições de arcar com esse pesado ônus.

Cumprir ao Estado a tarefa de assumir o custeio não só do ensino primário, mas igualmente o custeio do ensino ginásio, colegial e técnico-profissional, para a formação de uma força de trabalho apta e consciente.

Quanto ao ensino universitário, seja de que ramo for, o seu custeio integral é dever da União.

Como a inteligência não é dom apenas de ricos, aproveitamos e aperfeiçoamos as aptidões dos jovens pobres.

Houve, nos últimos tempos, um engodo, para enganar os pobres, através do financiamento do curso universitário, para pagamento posterior. Os juros e a correção monetária, incidentes sobre esse financiamento educativo, são de tal monta que o recém-formado não terá condições, em início de carreira, de satisfazer o compromisso. Por não saldar o débito, o infeliz e incauto devedor é executado, e fica desmoralizado, quando o custo do seu estudo deveria ter sido coberto pelo governo.

Oportuna e digna de aplausos, sob todos os títulos, a iniciativa do nosso brilhante companheiro Oswaldo Macedo, na Câmara dos Deputados, de elaboração "de emenda constitucional que objetiva tornar obrigatória a gratuidade no ensino médio e superior em todos os estabelecimentos oficiais".

Vai além, ao dispor-se o ilustre representante paranaense a incluir, nas Disposições Transitórias da Constituição, um artigo que obrigue a União a promover a federalização, no prazo de seis meses, de todas as universidades estaduais ou mantidas por fundações de direito público que não tiverem condições de ministrar os cursos gratuitamente.

A iniciativa visa, segundo Oswaldo Macedo, "extirpar da Carta Magna o espírito mercantilista ali estabelecido em consequência do acordo MEC-USAID, há tanto e por tantos condenado".

A federalização das universidades e a gratuidade também do ensino superior ensejará o aproveitamento de cérebros, a fim de que não sejamos tão dependentes quanto hoje do mercado tecnológico.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é preciso que se construa a grandeza do País, da nossa Pátria, utilizando a inteligência e a boa vontade da nossa gente".

Senhor Presidente, há poucos dias nós denunciávamos aqui nesta Casa, uma concessão, que nós entendemos um privilégio pessoal. Não a um cidadão, mas a uns dois ou três cidadãos, para que pudessem fazer curso de pós-graduação no exterior, e ficamos entristecidos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando vemos que pessoas privilegiadas, fazendo curso no exterior, enquanto que o estudante brasileiro, não tem condições de frequentar sequer o curso primário, uma grande parte, e nós vemos constantemente, alunos do curso primário, secundário se batendo para pagar as suas mensalidades e nós ficamos entristecidos e queremos dizer, nesta oportunidade, que iremos dar continuidade no nosso propósito de apurar devidamente, as denúncias que aqui formulamos, com respeito a bolsas de estudo que foram concedidas a pessoas ligadas aos homens que dominam este Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Gernote Kirinus — Permite-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. LINEU TURRA — Concedo o aparte ao Deputado Gernote Kirinus, com prazer.

O Sr. Gernote Kirinus — O Sr. Deputado Lineu Turra, traz para o debate, nesta Casa, um dos assuntos que deveriam ser de maior interesse de toda a Nação Brasileira: a instituição do ensino gratuito. Viria corrigir, inclusive, um mal que nos causa preocupação nesta Casa, aos Senhores Deputados que, semanalmente, assediados e cercados por inúmeros pedidos de bolsa de estudo. Inclusive, aderindo à sua idéia, aderindo a esse seu pronunciamento deixo aqui uma sugestão extensiva a todos os Srs. Deputados.

Tomemos uma vez, uma solução, digo resolução corajosa. Deixemos de atender através de bolsas de estudo, a forma através da qual nós estamos exatamente alimentando ao ensino pago e passemos a nos engajar pela luta em prol do ensino gratuito, tão desejado e tão badalado, durante anos neste país e por todos os governos.

Portanto, é um apelo que faço a todos os Deputados, independentemente se são do MDB ou da ARENA, porque me parece que o Executivo, ao permitir a nós uma verba que possa ser transformada em bolsas de estudo, ajudas de custo, está transferindo para o Poder Legislativo, uma responsabilidade que não é exatamente a responsabilidade deste Poder. Está transferindo a nós o ônus, uma tarefa que é de todos nós em conjunto, mas uma tarefa principalmente do Executivo, em dar condições de estudo pelo menos, até o segundo grau: a todo o brasileiro que teve o direito de nascer aqui nesta Pátria — portanto, tem o direito de viver condignamente.

Por isso, o nosso apelo: abolirmos as bolsas de estudo e nos engajarmos na luta pelo ensino gratuito. Seria esse o meu adendo a seu brilhante discurso, discurso esse que traz a esta Casa a preocupação já de longos anos.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte do Sr. Deputado, companheiro Gernote Kirinus, que veio abrilhantar o nosso modesto pronunciamento.

Sei que essa é uma preocupação não só nossa, mas deve ser uma preocupação, principalmente do Governo, que hoje está distanciado dos reais problemas nacionais, dos problemas do povo, dos problemas do estudante e dos problemas do ope-

rário, todos angustiados e humilhados nesta Pátria. Nós precisamos fazer com que o Brasil retome o seu caminho para colocar o homem no seu pedestal devido.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário do Grande Expediente, por dez minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O juro, salário do capital, está em liberdade. E o salário, capital do trabalho, está sob intervenções.”

— Joelnir Beting —

A desordenada Constituição Federal, apesar do arbítrio e do casuísmo que representa, ainda possui resquícios de princípios democráticos. Em relação aos trabalhadores, ela assegura alguns direitos visando melhorias à sua condição social. Entre eles, o direito de integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão; o direito à colônia de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União; o direito de greve, salvo nos serviços públicos e atividades essenciais; o DIREITO a um salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família; bem como algumas outras determinações atinentes ao assunto.

Entretanto, todos sabemos que - mesmo assegurados - esses direitos não se efetivam na prática. A regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa, em verdade, inexistente. O governo jamais respeitou o direito constitucional que garante aos empregados colônias de férias e clínicas de repouso, mantidas pela União. Todas as greves deflagradas ultimamente, são consideradas ilegais, pois a lei “aprovada” pelo Congresso Nacional, por decurso de prazo, define como essenciais os principais setores de atividade... Quanto ao salário-mínimo brasileiro, ele existe. E com triste existência!

O salário-mínimo brasileiro, que visa satisfazer as necessidades normais do trabalhador e de sua família, é determinado pela fórmula: SALÁRIO-MÍNIMO IGUAL A “A” mais “B” mais “C” mais “D” mais “E”, representando respectivamente a despesa mínima mensal com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessário à vida decente da família brasileira. No entanto, a fórmula NÃO É CUMPRIDA, uma vez que são atribuídos valores irrealistas aos fatores correspondentes à alimentação (quarenta e cinco por cento), habitação (vinte e sete por cento), vestuário (dezesesseis por cento), higiene (sete por cento) e transporte (cinco por cento).

Como vivemos sob a ótica capitalista, sua lógica impõe que deve ser assegurado ao capital a rentabilidade necessária ao seu crescimento e expansão, sob pena de estagnação econômica. Em assim sendo, o mesmo tratamento deve ser aplicado à remuneração do trabalho para que seu crescimento acompanhe os índices do custo de vida, acrescidos do aumento de produtividade. Caso contrário, ter-se-á injusta discriminação, causadora de padrões de consumo desiguais e aviltantes à dignidade humana.

O salário-mínimo no Paraná é, hoje, de Cr\$ 2.107,00. Utilizando a regra e percentuais, referidos pelos órgãos governamentais, tal valor será dividido em Cr\$ 948,15 para ALIMENTAÇÃO; Cr\$ 568,89 para HABITAÇÃO; Cr\$ 337,12 para VESTUÁRIO; Cr\$ 147,49 para HIGIENE e - para completar o disparate - Cr\$ 105,35 para TRANSPORTE.

(Quem ganha atualmente o salário de Cr\$ 2.107,00, por mês, deveria, na realidade, estar ganhando Cr\$ 7.374,00, apenas para restabelecer em 1979, o salário real de 1964. A inflação não corrigida pela remuneração nominal do trabalho, devorou mais de 2/3 do salário real não acumulado nos últimos quinze anos. Cálculo do DIEESE-SP). Isso prova que

no Brasil, o capitalismo nega a si próprio, pois não trata a remuneração do trabalho como o faz com o capital.

Mas os tecnocratas do Planalto, enclausurados nos gabinetes, esqueceram-se de dar a fórmula mágica para que, em qualquer lugar do Brasil, uma família possa alimentar-se com míseros Cr\$ 31,60 POR DIA... Projeteremos o quadro: se numa família de quatro pessoas - marido, esposa e dois filhos, - cada uma tomasse apenas um cafezinho - bebida costumeira na mesa do brasileiro - em cada uma das três refeições diárias, teríamos um total de doze cafezinhos consumidos, isto é, um gasto total diário de Cr\$ 24,00, sobrando Cr\$ 7,60 para a compra da carne, sal, feijão, arroz, açúcar, pão, leite, etc., diariamente. É por isso que o ex-Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Sr. Bertoldo Kruse, acabou reconhecendo a dura realidade: “o salário-mínimo do Brasil não é suficiente nem mesmo para a aquisição de uma cesta alimentar básica”.

Observe-se que a ração alimentar mínima mensal foi instituída em 1938, na época já injusta, e que continua até hoje a mesma norma determinante. Está ainda em vigor, porque ainda em vigor se encontra a fome no Brasil. A resultante óbvia do salário-mínimo no que tange à alimentação é a família fraca, subnutrida, doentia, sem condições físicas adequadas ao trabalho, a FOME, a sub-vida e a morte precoce... Em cada cem famílias brasileiras apenas sete possuem poder aquisitivo razoável. As outras noventa e três estão marginalizadas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuo a análise e vejo que aqui no Paraná será difícil alguém encontrar uma casa, por mais modesta que seja, para alugar, pelos Cr\$ 568,89 que o governo fixou para o fator HABITAÇÃO. Aliás, no Brasil, até cego vê onde mora o capital e onde mora o trabalho. Ao mesmo tempo em que o Sistema Financeiro Habitacional e o BNH, passaram a falsear suas origens, desvirtuados no servir interesses de grandes construtoras, do sistema financeiro privado e dos especuladores imobiliários.

Cr\$ 337,12 é exatamente a parcela do salário-mínimo reservada ao VESTUÁRIO. Em consequência, são milhares de crianças e adultos mal vestidos. Crianças que nem roupa usam. Milhares que não possuem um par de sapatos. Outro tanto que MORRE DE FRIO.

Satisfazer as despesas de higiene da família com míseros Cr\$ 147,49 mensais é ser milagreiro. É algo impossível, como impossível precisa ser até os trabalhadores serem ludibriados nos reajustes salariais maquinados pelo “milagre del-fianico”.

Os homens que fixaram em cinco por cento a quota do salário para o transporte da família, por certo jamais usaram meios de transporte, exceto os confortáveis aviões ou veículos oficiais. Querer que uma família gaste Cr\$ 105,35 por mês com o transporte é brincar com coisas sérias. Ainda não se descobriu uma maneira de sair de casa - diariamente - para o trabalho, sabendo que precisa retornar, com apenas Cr\$ 3,50 para passagem de ônibus.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até hoje não foram integrados às despesas mínimas mensais a SAÚDE, LAZER, INFORMAÇÃO... Como se o assalariado não tivesse gastos com saúde, não necessitasse de lazer nem pretendesse acesso à informação.

Mas os chocantes números da miséria são agressivos à consciência de qualquer cidadão. A última Pesquisa por Amostragem Domiciliar do IBGE, trouxe a trágica informação: 25,7 milhões de patricios fixados nas áreas urbanas vivem de ganhos inferiores ao maior salário-mínimo. Melhor dizendo, NINGUÉM SABE COMO VIVEM... E a estes, devem ser acrescidos 18,5 milhões de brasileiros, situados na área rural, que estão passando FOME... Somando-se, teremos 44,2 milhões de irmãos nossos, miseravelmente situados abaixo de decência humana, sub-produtos de um sistema violentamente injusto. São qua-

renta por cento da população do Brasil, que vivem sob regime de miséria, caracterizado pela desnutrição, analfabetismo, doença, alta mortalidade infantil, reduzida expectativa de vida.

Vale aqui ponderar que pouca validade passam a ter a beneficência caritativa tradicional que se pratica no País. Diminutos resultados alcançam as infundáveis decretações de utilidade pública de entidades assistenciais e filantrópicas que nesta Casa de Leis aprovamos, bem como fica atestada a falência da capacidade daqueles que durante longos quinze anos não alteraram - e agravaram - tal problemática nacional.

E indaga-se: onde estão os programas específicos e objetivos de combate à pobreza? Que planos a nível nacional, estaduais e municipais estão sendo elaborados e quais os níveis de recursos para que - em prazo curto - seja possível alcançar tais metas sociais?

A resposta é vazia, como vazia está a PANELA POPULAR.

E a solução do grave problema a nível de países ricos, nunca surgirá... Inexiste solução social patrocinada por outra Nação.

Por conseguinte, só resta ao trabalhador a busca decidida de ter VOZ para reivindicar, protestar, fazer valer direitos, e ter VEZ para participar de todas as decisões nacionais. Para tanto, a força maior: sindicalismo autêntico, disciplinado e vigoroso. A expressão da grandiosidade do movimento classista está ligada diretamente à união de todos. Não só na busca de melhores salários, mas na conscientização política, com o fim de que se consolide a verdadeira democracia, única guardiã dos progressos sociais que está se conquistando.

Vale aqui a lição sobre sindicatos e corporações operárias, exposta pelo Papa LEÃO XIII - Encíclica "Rerum Novarum", de 15 de maio de 1891: Proteja o Estado essas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior, e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida. Pois o movimento vital procede essencialmente dentro de um princípio interno, e extingue-se facilmente, sob a ação das causas externas.

Magnífica definição de não intervenção sob qualquer título, nos Sindicatos ou Corporações operárias dada pelo Papa, e que os governantes do Brasil, não aceitam ou simplesmente, ignoram por conveniência obscurantista.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa lamenta, mas informa a Vossa Excelência que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento. Entretanto, consulta a Liderança da Bancada de Vossa Excelência se poderá Vossa Excelência continuar na tribuna. (Pausa).

Vossa Excelência tem mais quinze minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado à Liderança. Prossigo:

Todavia, as inúmeras concentrações do último 1.º de maio, mereceram especial atenção ainda mais, as realizadas nos centros urbanos e econômicos mais expressivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A lição maior sobressaiu das mobilizações populares para que nós todos tenhamos uma profunda meditação, governo e toda a Nação brasileira: 1979, o 1.º de maio, haverá de ser o princípio do fim, do peleguismo junto ao operariado brasileiro.

Senão vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De um lado, tivemos uma vez mais a presença do tradicionalismo paternalista do Estado sobre o trabalhador, procedimento que se busca sobreviver a qualquer custo. Foram os festivais oficiais ou oficiais. Mas tais comemorações esportivas, carvavalescas, anestisantes, embotadoras ou de despis-

tes, não lograram êxitos.

Vale dizer, foram festas coloridas, mas como as cores dos balões que logo murcharam, não duraram muito, bonitas, no entanto vazias; futebolísticas, contudo, sem grande torcida; musicadas, todavia sem conteúdo e sem coral; com sorteio, sem que seja de sorte, o que o trabalhador precisa; com espetáculo circense, no entanto sem o sorriso largo do adulto; com distribuição de doces no dia, ficando amargura para os demais dias do ano. - PALCO: O Pacaembú, o Dorival de Brito... ATORES: diversos... Peça: O Canto da Sereia (do Estado).

Plateia: Crianças, pais, o trabalhador.

Mais pais e crianças que trabalhadores.

De outro lado, tivemos o início da emancipação da classe operária, o despertar vigoroso do novo movimento sindical brasileiro. Isto é, as comemorações promovidas e organizadas pelos trabalhadores. Simples, mas autênticas; não tão coloridas, todavia de um preto e branco expressivo e de conteúdo; sem sorteios, porque não se crê em sorte, sim em justiça; sem brindes, porque a filantropia vicia, não promove; sem fanfarras, porque o barulho é de panelas vazias; sem cômicos, pois que se busca a LIBERDADE que alegra e realiza; sem carnaval, até porque o reinado momesco é folia, brincadeira, fantasia temporária; sem futebol, porque no campo, nas gerais, nas arquibancadas se jogava e se joga a luta sindical, da autonomia classista, da liderança autenticamente operária..., num jogo cujo árbitro é a consciência nacional!

PALCO: a Praça do Bairro Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, o estádio Vila Euclides... ATORES: diversos... PEÇA: A HORA E A VEZ DO TRABALHADOR... PLATÉIA: os assalariados. Melhor dizendo, a esmagadora maioria do Povo Brasileiro.

Enfim, até o primeiro de maio de 1979, razão tinha o humorista, crítico interpretando a visão oficialista: "num dia do ano se festeja o TRABALHO, porque os demais são do CAPITAL".

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH - Um momento, já darei o aparte.

No amanhã, haverá de ter razão o trabalhador, quando trabalhará mais contente o ano inteiro, em razão das conquistas sociais alcançadas, para um dia, no 1.º de Maio, então sim, comemorando seu dia, suas lutas, suas vitórias.

Tem o aparte, Sr. Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel - Estamos assistindo com atenção a alocação de Vossa Excelência e vemos Vossa Excelência fazer apologia do trabalhador, este trabalhador brasileiro, que não precisa daquela velha filosofia de antes de 1964, que seria "Pão e Circo". Estamos dando atenção, porque vemos no Presidente Figueiredo e no Governador Ney Braga, a filosofia certa de acertar com o Governo das mãos estendidas, para que unidos façamos críticas construtivas sem censuras; porque a responsabilidade de dias melhores para os assalariados, para os operários, para este povo que foi ludibriado em 1964, onde se dizia, naquela famosa epopeia: "Pão e Circo", para os homens que trabalham.

Para estes estamos hoje fazendo uma demagogia, em cima dos homens que trabalham, sem darmos oportunidade aos que dirigem o Estado e a Nação, sem darmos, Sr. Deputado, uma diretriz certa, uma orientação, para que os homens de boa vontade, como Figueiredo, que estão com as mãos estendidas para estes homens que são os trabalhadores, que constituem as molas que sustentam o nosso País.

Vemos Vossa Excelência da tribuna, a criticar. Vemos Vossa Excelência a falar em circo e em pão, mas sem dizer nada de concreto que se possa fazer em benefício dos trabalhadores, em benefício de nossa Pátria e de nossa gente. E

é por isto que não podemos tolerar. É por isto que dentro de nosso Partido, a ARENA, servimos com honradez e hombridade, porque servindo à ARENA estamos servindo ao Povo do Paraná e ao Povo do Brasil.

Queria, humildemente, pedir a Vossa Excelência que veja e que diga em fatos concretos e palpáveis, o que se pode fazer em benefício da Nação, em benefício de nossa terra e de nossa gente, para que, colhendo informações de homens dignos como Vossa Excelência, de homens com tirocínio inusitado, com tirocínio da juventude que não quer outra coisa a não ser o bem estar e a tranqüilidade desta Nação, mas que diga fatos palpáveis, fatos que não de trazer benefícios para a nossa Nação, que não de trazer luzes para que os nossos dirigentes possam dar aos trabalhadores melhores dias, possam dar à nossa terra tranqüilidade e paz, para que não aconteça o que estamos vendo na Pérsia e no Irã, onde um Governo que derrubou outro Governo, que não se conformou, mas não trazia em seu bojo nada de anormal e nada de concreto; precisamos com a devida vênia, Sr. Deputado, não me leve a mal, porque é meu jeito de falar, que Vossa Excelência traga fatos concretos e palpáveis, antes da crítica; é a hora de somarmos esforços conjugados, conforme disse o Presidente Figueiredo, com críticas construtivas, para que possamos dar a estes trabalhadores honrados, que são a célula mater da Nação, para que possamos visar, dias melhores, dias tranqüilos, para que lutemos unidos, em benefício do nosso Brasil, contra a inflação que talvez todos nós sejamos culpados.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me concede um aparte, antes da sua resposta ao Deputado Gabriel Manoel?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concederei.

O Sr. Fiori Luiz — A solução, se me permite, o Deputado Nelson Friedrich, nós estamos dando; nós, eu digo, o Povo Brasileiro, já há quinze anos. Há quinze anos, o caminho está sendo indicado; e há quinze anos, esse trabalhador que é a célula mater, segundo o Deputado Gabriel Manoel, é o que está sendo massacrado, está sendo pisado, está sendo destruído, então não é uma mão que aparece agora, que seja a solução das soluções.

A solução tem quinze anos de prazo e ninguém resolveu. Estamos aguardando uma solução, para tantas soluções.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado.

Gostaria de, primeiramente, elogiar o Deputado que me aparteu, da ARENA, porque achei uma auto-crítica, já que foi o ex-Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, porque aquela época, havia circo e pão; e agora nós só temos circo, porque nem pão nós não temos mais.

Gostaria então de concluir a minha colocação, Sr. Deputado, porque antes havia realmente circo e pão, porque entre um gol e outro do Flamengo do velho Estádio do Vasco da Gama, se anunciavam os novos índices salariais; agora não existe realmente mais pão, mas só o circo.

E digo mais, continuam sendo explorados mas estão dando o grito de independência, Sr. Deputado. E a mão estendida, que Vossa Excelência tanta apologia fez, é a mesma mão que decretou a intervenção, chicoteando a independência e a soberania da Liderança autêntica de Lula, do ABC paulista, que está sendo o abecedário para o operariado do Brasil e da América Latina.

A exploração que se encontrou neste País, a exploração de um sistema capitalista selvagem, é que levou, através dos ideólogos, de Bulhões, de Roberto Campos, de Simonsen, Delfin, da vida, a termos o que temos hoje, o explorador operário, com seu índice de vida diminuído, com o valor real do seu salário, cada vez menor, enfim, a coisa sobrecarregando em problemas e não em soluções.

E digo mais, Vossa Excelência me pede fatos palpáveis e soluções concretas; basta ouvir o povo. Basta redistribuir a renda; basta voltar-se aos interesses nacionais; basta ouvir a dona de casa, o estudante, o trabalhador, o operário, basta sim, sair do enclausulamento, oficialista que se implantou neste País, onde a tecnocracia enclausurada no Planalto, nos Palácios, quer Iguazu, quer do Planalto, acham que são donos da verdade do País, independente da vontade de cento e vinte milhões de brasileiros.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Sr. Deputado Nelson Friedrich, seguidamente ouço quando parlamentares do MDB tecem críticas ao regime instituído neste País. Seguidamente ouço a crítica de outro lado, dizendo que exigindo críticas construtivas.

Gostaria de deixar aqui hoje, a minha tristeza, por falta de entendimento do que seja uma verdadeira crítica.

Toda a crítica não há dúvida, não se divide nem em construtiva nem em destrutiva. Toda crítica dizem os filósofos, inclusive os psicólogos é a manifestação de um desejo de mudança, e se nós criticamos a ditadura é porque nós queremos democracia; se nós criticamos a intervenção nos sindicatos, é porque queremos sindicatos livres. E se nós criticamos a miséria, o salário mínimo miserável que é destino de nossa Pátria, nós queremos o salário justo e digno à pessoa humana do brasileiro. Portanto, crítica, sempre é um desejo de mudança. Os que não querem a mudança é que pedem por críticas construtivas.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite outro aparte?

(Assentimento) — O nobre Deputado Gabriel Manoel, falava em demagogia. Pergunto, Sr. Deputado: o ronco na barriga vazia é demagogia? Os milhões sem escolas no País, é demagogia? Deputado Gabriel Manoel?

As filas do INPS é demagogia?

Falou também que a mola que sustenta o progresso são os trabalhadores. Esses se constituem na mola que acaba sustentando as multinacionais; os gabinetes e as casas luxuosas dos Ministros em Brasília. E pediu o Deputado, fatos concretos e palpáveis. O seu Governo, a ditadura, deve saber melhor do que nós, que existem fatos concretos e palpáveis, Sr. Deputado.

E é preciso esforços conjugados, sim, Sr. Deputado, porque o povo não está mais aceitando apertar a mão estendida e brevemente teremos uma revolução; mas é a revolução da panela vazia, única arma de que dispõe o povo. Não se pode brincar com a fome, neste País, Sr. Deputado. Não é demagogia que o MDB faz, não.

Obrigado Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Lê):

DESPERTE José.

Dormistes sem contas

Por anos e anos

Dormistes de fome

De dor e cegueira

Dormistes sem cama

Dormistes sem roupa

Dormistes sem sonhos

Desperte José

É mais que José

És mão que semeia

que cuida e que colhe

És mão que trabalha
e que pega em fuzil
És mão que transforma
a terra em vinhedo
a cana em açúcar
a pedra em jardim.

Desperte José.
Há quem te ignora
Há quem te deseja calado
Dormindo para sempre, José.

Há quem te utiliza e gera tua fome
Há quem te devora,
fingindo sorrisos.
Há quem te golpeia na face, José
Tua força é tu mesmo
Levanta a cabeça
Construa teu grito
Teu braço em abraço
Teu corpo num só.

Exija, reclame
Sem valsa vienense
Sem fala estrangeira
Sem medo, protesta.
**TUA FORÇA É TU MESMO,
DESPERTE JOSÉ.**

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Mas antes, registra com muita honra e satisfação, a presença em nosso plenário, da Senhora Stefânia Thomazoni, esposa do ilustre Deputado Ivo Thomazoni, bem como da senhorita Josley Mary, filha do ilustre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este é, indubitavelmente, um dia difícil para mim; talvez o mais difícil de toda a minha vida parlamentar, quando, por imperativo inelutável de saúde, de todos conhecido, sou obrigado a interrompê-la, renunciando a um mandato, no momento talvez mais alto de minha atuação política.

Refiro-me ao privilégio de haver alcançado para o exercício deste mandato, que se iniciou a primeiro de fevereiro, a maior votação dentro da ARENA, a nível estadual, não só neste Estado, como disse, mas no País inteiro, nas eleições parlamentares de 1978. Votação que devo, eu sei mais do que ninguém, devo mais a mérito, diria devo menos a méritos pessoais próprios, do que à lealdade de dezenas de milhares de amigos e companheiros, que jamais me abandonaram, e por isso mesmo, não mereciam que agora os deixasse: ao iniciar-se uma nova jornada, um novo mandato, quando eles com redobrada confiança, mais precisam de vez e de voz, para expressar seus legítimos reclamos e aspirações.

Só porisso pode-se avaliar o quanto este dia é difícil para mim.

Um dia difícil, repito, até para exprimir em palavras a amarga oração de despedida desta Casa. Uma Casa que me acolheu e me aqueceu com o mesmo calor amigo do povo, em cujos braços aqui cheguei, através de pleitos sucessivos, de crescente densidade eleitoral, para a tarefa honrosa de servi-lo. Servi-lo sempre, sem nunca porém, servir-se das prerrogativas e imunidades deste Poder.

Mesmo quando tive o privilégio de secretariá-lo, de presidí-lo, ou de usufruir da confiança dos governos de que fui líder, por mais de uma vez, como porta-voz da bancada da maioria, que nunca me faltou com o prestígio de seu respaldo parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, formalizo este penoso ato de renúncia e de despedida, sabidamente com perdas de toda ordem, para que o povo em geral, e particularmente o eleitorado que me elegeu, não tenha que perder muito mais pelas omissões e ausências, ainda que involuntárias de seu representante, nos debates de plenário, da tribuna e, principalmente, das comissões técnicas desta Casa.

Por mais respeitáveis que sejam as recomendações médicas, no sentido de reduzir o ritmo de atividade parlamentar, ainda que em nome da própria sobrevivência, a ninguém é dado o direito de invocá-las com justificativa para se subtrair aos deveres do mandato parlamentar.

Mandato que não lhe pertence, e tão somente por isso, tem que ser cumprido com o vigor necessário, no calor dos debates do plenário, muitas vezes veemente, ou mesmo no combate permanente com as bases, não raro exaustivo e esgotante também.

Se pode existir com exceção rara, não é, graças a Deus, o caso desta Casa de Leis. É claro, se puderem existir em alguma parte do Brasil, mandatários que do povo correm, no exercício do mandato, aos compromissos assumidos em campanha, fazendo de sua cadeira um assento cômodo e repousante para cochilar, ou mesmo dormir o sono solto dos justos, nessas exceções nunca me incluí.

Pois jamais entendemos o mandato como um prêmio de consagração do povo, aos imortais desta Academia de Letras, mas sim como uma vívida convocação de serviço, uma delegação de tarefas irrecusáveis. Enfim, u'a missão indormida, carregada de sagrada unção popular que é, exatamente, o voto universal que jamais desprezei.

Nenhum parlamentar tem o direito de se poupar no exercício de seu mandato, cumprindo-o pela metade, à meia carga, seja a que tipo for. Se não puder fazê-lo por inteiro, em toda a sua plenitude, seu dever é dar o lugar a outro que possa fazê-lo; outro com melhores condições, para que não se fraude nem se frustre a expectativa do eleitorado que espera de seus mandatários trabalho produtivo e ininterrupto, com devotamento total à causa pública.

Deixo, Sr. Presidente, a vida parlamentar que exigiria, mais que antes, o que a ela - lamento muito - já não posso dar agora, e os motivos Vossa Excelência e os eminentes Parlamentares o conhecem, mas não deixo, Sr. Presidente, a vida pública, nem rompo todos os meus vínculos com esta Assembléia, já que o Tribunal de Contas, para o qual estou sendo indicado pela confiança jamais arranhada do eminente Governador Ney Braga, é órgão auxiliar deste Poder na fiscalização financeira e orçamentária do Estado, como o é também da Câmara de Vereadores, para igual finalidade no âmbito dos municípios.

Continuo portanto, ligado ao Poder Legislativo, em funções talvez mais compatíveis com o meu estado de saúde, ao trocar as turbulências da tribuna pelo ambiente menos tempestuoso de um Tribunal que, por sua própria natureza não é exatamente um nervoso fórum de debates, mas sim uma tranqüila Corte de contas, exigindo mais ação de gabinete do que de Plenário.

Espero poder continuar a oferecer, lá, a experiência adquirida aqui, não negando minha parcela de contribuição à causa pública.

Não obstante todas as perdas pessoais que essa troca de funções acarreta, resta-me todavia, o consolo de saber que esse sacrifício não será de todo em vão; assim como a renúncia do mandato não representa uma fuga em nome de maiores vantagens e maiores benefícios, o que não é somente um consolo, mas também um conforto perante minha consciência, perante talvez os meus filhos e a minha esposa, perante os meus amigos, e perante a minha Pátria.

Essa confortadora certeza de poder continuar servindo o

meu Estado, isto sim, talvez seja o maior prêmio para o menino pobre que teve infância difícil, como tantos que tiveram, têm hoje e terão amanhã, infância difícil de milhares de meninos brasileiros, mas para os quais, graças a Deus, existe a esperança de um futuro menos escuro à sua frente, no seio de uma sociedade aberta, dinâmica e democrática, grande, complexa e generosa que é esta deste querido e imenso Brasil. Se nela não pudermos ter ou ser tudo que desejamos, na medida em que a igualdade de oportunidade nos abre perspectivas de maior ascensão, devemos ter, pelo menos, a humildade de reconhecer e a sinceridade de agradecer o caminho percorrido na construção de um patrimônio, se não material, certamente moral e político, como o maior legado a transmitir amanhã aos nossos herdeiros.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. IVO THOMAZONI — Concedo, com imensa honra, o aparte solicitado pelo eminente Líder da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, sem nenhum demérito àquele Deputado que ocupará a cadeira que Vossa Excelência hoje está deixando nesta Casa, quero dizer que a saída de Vossa Excelência se constitui numa perda para o Poder Legislativo do Estado.

Já não digo para a bancada da Arena, que sempre teve em Vossa Excelência um companheiro leal e um orientador até aos mais novos, aos mais inexperientes; Vossa Excelência teve uma passagem brilhante por esta Casa: 1.º Secretário, Líder do Governo, Presidente da Casa, e Vossa Excelência em todas essas missões, saiu-se airoso, como sóe acontecer com os homens de bem, homens que honram e dignificam e respeitam o mandato que receberam.

Mas o Governo precisa recrutar os homens de bem para servir em outros setores da comunidade paranaense, e o Senhor Governador Ney Braga, bem o conhecendo, resolveu levá-lo para o Tribunal de Contas, onde Vossa Excelência, com o mesmo brilhantismo, com o mesmo espírito público, com a mesma honestidade de propósitos, estará servindo à sociedade paranaense, o povo do Paraná, também num setor importantíssimo para a administração do Estado. É um dos setores, a meu ver, dos mais importantes, porque é a guarda de valores arrecadados do povo através dos tributos, que cabe ao Tribunal de Contas analisar e diminuir o emprego desses recursos.

Vossa Excelência não vai levar da nossa bancada um adeus de despedida. Vossa Excelência continuará aqui ao nosso lado, companheiro como sempre foi, porque Vossa Excelência estará servindo também o Paraná, com a mesma altivez e com o mesmo espírito público que sempre demonstrou aqui no Poder Legislativo.

Agradeço a Vossa Excelência, e desejo à vossa excelentíssima família, os melhores votos de felicidade pessoal.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço profundamente, e peço aos eminentes Deputados do meu Partido, da minha bancada, que por favor, permitam que as palavras do nosso líder, que foi a minha honra, meu líder também, a expressão, quem sabe de todos, para evitar que palavras bondosas possam impedir-me de continuar lendo um discurso que fiz questão de escrever; eu que não sou de escrever discursos, o fiz com a ajuda de amigos, é claro, o mais frio possível, para conscientizar-me de que haveria de chegar aqui e fazer a leitura, e é por esta razão, Deputado Erondy Silvério, que agradeço a Vossa Excelência, porque sei, Vossa Excelência falou em nome de todos os meus companheiros da Arena.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Eu o faço com satisfação imensa, Deputado Nilso Sguarezi, digníssimo Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Ivo Thomazoni, talvez me sinta numa posição bastante privilegiada ao representar

a Liderança do meu Partido, ao apartá-lo nesta despedida, porque como bem sabe Vossa Excelência, testemunha talvez solitária neste plenário, solitária dos parlamentares, mas junto com os meus amigos, Deputado Ivo Thomazoni, que da tribuna aqui comparecem para render homenagem merecida do companheiro fiel, do amigo dedicado e do Deputado atencioso que Vossa Excelência sempre foi.

Receba pois, em nome da bancada do MDB, a respeitosa despedida desta Casa.

Valoroso adversário, tivemos em Vossa Excelência, discordando sempre, mas nunca tivemos o desprazer de ouvir de Vossa Excelência qualquer atitude ou posição que deslustrasse a posição correta e digna, e também as atitudes corajosas que Vossa Excelência, na defesa das idéias, na defesa dos princípios, que na verdade sempre discordaram dos nossos, mas que Vossa Excelência soube se alçar e fazer digno de hoje.

Ao aqui darmos as nossas despedidas, quero dizer que Vossa Excelência continua a merecer o nosso respeito, porque fez-se digno dele.

Ao cumprimentar então, Vossa Excelência, pela nova função que assumirá no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tenha a certeza de que encontrará por parte de nossa bancada, como agora colaborador deste Poder, na condição de órgão técnico, que é o Tribunal de Contas, tenha a certeza que Vossa Excelência continua a merecer o nosso, digo, a merecer de nós o respeito que deve lhe ser tributado publicamente. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu é que devo dizer ao eminente Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, que os embates políticos feridos no Sudoeste, naquela região delimitada por nós, entendido por poucos como sendo aquela porção de terras constituída por 36 municípios, situada à margem esquerda do Rio Iguaçu.

Nós é que sabemos, eminente Deputado, o que tivemos de superar, para que hoje, aquela região pudesse, somando-se com a Região Oeste do Paraná, orgulhar-nos a todos, o fato de podermos sentar à mesma mesa e discutirmos como altivos, como civilizados que somos, os problemas da coletividade representada por uns e por outros e que levaram, graças a Deus, o progresso àquela região que haverá de continuar, se Deus quiser, nas mãos de Vossa Excelência, do Deputado Luiz Alberto Oliveira, Deni Schwartz, daquele que vai me substituir, Túlio Zanchet, para falar daqueles que atuam mais à margem esquerda do Rio Iguaçu, deixando de citar o nome dos valorosos amigos que estão à margem direita do Rio Iguaçu, eu poderia cometer aqui a grosseria de esquecer de um deles, e por isso não o faço.

Razão pela qual, faço das palavras de Vossa Excelência mais do que se para mim representassem as palavras protocolares que a ética parlamentar, muitas vezes obriga; mas, recebo-as como de um filho de Pato Branco, a cuja família eu aprendi a admirar e a respeitar; porque me lembro que a primeira eleição, devo tê-la disputado em 1958, há 21 anos atrás, e Vossa Excelência era um menino então, mas não me esqueço do vosso saudoso e venerando progenitor, homem que era bem o representante daquela nova civilização que se instalou na região do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Uma mística de filhos da terra com descendentes de raças européias, que ali deram uma demonstração do valor da raça brasileira que hoje ainda luta por aquilo que ainda não chegou mas que haverá de chegar.

E vou concluir, Sr. Presidente, e sei que Vossa Excelência é, como tem sido um fiel cumpridor do Regimento Interno.

Srs. Deputados, nestes 20 anos de vida pública iniciada no Sudoeste do Estado, então ainda bárbaro e selvagem, eu poderia invocar o testemunho de dois homens que vejo à minha frente, dentre outros que vieram para esta sessão, Herveirino Coletti, extraordinário ex-Prefeito Municipal de Dois

Vizinhos; Assis Bandeira, por duas vezes eleito e extraordinário Prefeito de Marmeleiro.

Dizia, que nestes 20 anos de vida pública iniciada, como disse, numa região ainda bárbara e selvagem, consegui acumular um grande tesouro como colecionador de amigos para todas as horas. E não seria nesta hora, tenho certeza, que eles me faltariam com o calor de sua solidariedade. É para eles, portanto, Sr. Presidente, que nesta hora suprema da renúncia, volto o meu pensamento e meu coração, num apelo veemente a compreensão e tolerância de todos, a fim de que entendam o significado do meu gesto, certo de que cada um está sabendo avaliar toda a extensão e profundidade do que nele se encerra em sacrifício, em sofrimento, e lamento, com toda a honestidade, a decisão que tive que tomar.

Aos meus companheiros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputados da Arena e do MDB, aos funcionários de todas as categorias, pequenos e grandes, à imprensa que indormida assiste e divulga os trabalhos desta Casa, deixo minha antecipada saudade pelos muitos anos vividos em convívio fraternal, com o respeito e apreço pelo Poder Legislativo, cuja autoridade plena ganha agora renovada dimensão, como um dos instrumentos institucionais do Estado para o cumprimento do seu alto papel no seio da sociedade civil brasileira.

Dos demais Poderes e do povo paranaense, de quem afinal todos eles emanam e em seu nome são exercidos, peço apenas um julgamento justo, pelas circunstâncias especiais que determinaram este pedido extremo, imprevisto e não desejado, que é o da renúncia.

Gostaria de ficar horas e horas nesta tribuna, de contar as vicissitudes, de cantar as alegrias, mas não posso falar mais.

As palavras vão aos poucos me faltando, e ao encerrar, Sr. Presidente, encaminho à Vossa Excelência, com firma e letra reconhecidas, conforme determinam a Constituição e o Regimento Interno, o seguinte expediente:

"Senhor Presidente.

Com o presente documento, dou conhecimento a Vossa Excelência, aos demais membros da Mesa e aos nobres colegas Deputados, que nesta data, renuncio ao meu mandato de Deputado Estadual, pela Arena".

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa associa-se às manifestações expressadas pelas Lideranças com respeito à pessoa do nobre Deputado Ivo Thomazoni, que marcou sua passagem por este Poder Legislativo, dignificou, enobreceu e honrou. Fica a marca do trabalho, o exemplo de dedicação e companheirismo.

Suspendo a sessão por alguns minutos, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar o ilustre Deputado Ivo Thomazoni.

(É suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, já lido da tribuna, com a firma devidamente reconhecida. Recebido, publique-se na forma regimental.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Santa Helena, o Distrito Administrativo de São José, com sede na

localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com Substitutivo Geral da C.C.J. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. LÍBERO MASSARI. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. - Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 11/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 49/76,, de 18/06/76. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 19/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo de Mensagem Governamental nº 22/79, que aprova os Termos Aditivos ao Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ARARUNA, JARDIM OLINDA, LOBATO e LUPIONÓPOLIS, datados de 15/02/79. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental nº 27/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a intervenção de órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 21/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental nº 28/79, que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses nominados, objetivando a execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão de obra ociosa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará o problema do Menor no Estado. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da Arena, indicando o nome do Sr. Deputado Egon Pudell em substituição ao nome do Sr. Deputado Ruben Valduga, para compor como membro titular a CPI sobre o Cooperativismo a ser instalada. - Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lourenço Lopez. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci e Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial composta de cinco membros, para representar o Poder Legislativo, nos festejos comemorativos ao 32º aniversário de Maringá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao colu-

nista José Wanderley Dias, ao jornal "A Gazeta do Povo" e à "Rádio Colombo do Paraná", respectivamente nas pessoas dos Drs. Francisco da Cunha Pereira e Erwin Bonkoski, pelas 6.000 crônicas de "A Vista do Meu Ponto". - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 45/79. - Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela ordem) Sr. Presidente, queria saber se tem a súmula do projeto?

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) (Procede à leitura do requerimento)

O SR. NILSO SGUAREZI - Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que há urgência ao Governo do Estado, para a pretensão de obter o empréstimo que esta Casa recebeu a Mensagem.

Todavia, Sr. Presidente, há que se colocar algumas ponderações. Em primeiro lugar, o próprio Sr. Governador não apelou para a faculdade constitucional dos 45 dias. Razão porque, a priori, me parece não ter a urgência que visa conceder ao Governo, o requerimento do Deputado Gilberto Carvalho.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a Mensagem chegou na Casa, na semana próxima passada. E só hoje, em virtude do feriado, da metade da semana, que inclusive na segunda-feira não tivemos Sessão Plenária, é que a Casa, de fato, está tendo conhecimento da Mensagem.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão aí, orientações do próprio Governo Federal, no sentido de restringir os empréstimos ao exterior. Parece-me então, que a medida de urgência vem prejudicar o estudo detalhado, consciente, que a Casa deve tomar.

Principalmente a nós, representantes da Oposição, a quem cabem as funções de fiscalizar e de estarmos cientes de quais os objetivos efetivos que a Mensagem propõe, é que nos manifestamos contrários, Sr. Presidente, ao pretendido regime de urgência. Porque, ele na prática, nos cerceia no tempo, a possibilidade de nos aprofundarmos no estudo e na pesquisa de vermos efetivamente se a mensagem merece acolhida ou se merece rejeição.

A partir, Sr. Presidente, desta premissa que se estabelece aqui, a Oposição fica cerceada. Porque, Sr. Presidente, me parece, inclusive, de que até por parte da própria Mesa, o documento não foi lido no seu inteiro teor, mas sim numa simples súmula, que a Mesa na última semana, deu conhecimento ao Plenário.

Portanto, a nossa bancada se posiciona contrária ao requerimento, porque ele nos cerceia de fazer uma apreciação com o tempo necessário e o tempo oportuno que nós necessitamos.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

O SR. NILSO SGUAREZI - (Questão de ordem) Sr. Presidente. Estou levantando uma Questão de Ordem. Vossa Excelência consulte a assessoria da Mesa, mas, parece-me que o Regimento foi frontalmente ofendido, porque a Mensagem não foi lida para o Plenário. Parece que esse requerimento fere totalmente o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao Sr. Deputado que a Mensagem enviada a esta Casa

foi anunciada pela Mesa ao Plenário.

O SR. NILSO SGUAREZI - Refiro-me ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que, na Hora do Expediente, não foi lido, e parece-me que não pode constar da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao Sr. Deputado, que, na oportunidade, não estava presidindo a sessão.

Mas, já houve norma nesta Casa, quando da própria bancada do ilustre Líder, por deferência da Mesa, foi lido o requerimento no mesmo sentido e recebido após a leitura.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, pela matéria envolver interesse da nossa bancada, não posso concordar com uma exceção que foi mera liberalidade da Presidência.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa acata a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Acho que Vossa Excelência deve submeter a questão à decisão do Plenário, porque todas as decisões da Mesa passam a constituir parte do Regimento Interno. Vossa Excelência acaba de confessar que a Mesa já procedeu de idêntica forma.

De maneira que nós requeriríamos a Vossa Excelência, que submetesse a decisão a Plenário, e passasse, depois, a figurar em livro próprio, como parte integrante do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa colocará a decisão do Plenário, conforme sugestão do Deputado Erondy Silvério, com relação ao requerimento de regime de urgência.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em receber a matéria, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em receber a matéria, queiram levantar-se. (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam a decisão da Mesa em receber a matéria; 18 rejeitam. - Aprovada a decisão da Mesa em receber a matéria.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero a Vossa Excelência se digne determinar à Taquigrafia o fornecimento de certidão autenticada dessa decisão bem como de toda a sessão, para comprovar de que, efetivamente, não foi lido o requerimento na Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa determina à Divisão de Taquigrafia, que forneça ao Sr. Deputado Líder do MDB, as notas taquigráficas da sessão de hoje.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Aprovado o requerimento - Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, da mesma forma, requero a Vossa Excelência que faça constar em livro próprio que a Mesa naturalmente deve ter, de acordo com o Regimento Interno da Casa, para que a decisão de Vossa Excelência passe a se constituir, de hoje em diante, uma parte integrante do Regimento Interno da Casa, de acordo com o Regimento.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, a prevalecer essa decisão, haverá necessidade de aqui comparecermos só na hora da votação. Porque, se há no Regimento um tempo oportuno para que a Casa tenha conhecimento das matérias; a não ser mais respeitado esse tempo, sinceramente, Sr. Presidente, não haverá necessidade de comparecermos aqui nem para votar.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de que informe a respeito do Sistema Nacional de Emprego, e também do DETEPAR. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secre-

tário do Interior, no sentido de que informe a respeito das atividades da SANEPAR. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a implantação de linha de Transportes Coletivos entre Jacarezinho e Londrina. —

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente,

solicito a Vossa Excelência a leitura da súmula do requerimento, não temos conhecimento do que se trata.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Procede à leitura da súmula do requerimento).

Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, com o apoio dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a inclusão no Plano Rodoviário Estadual, a pavimentação asfáltica do trecho que liga Carlópolis a Ribeirão Claro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de transportes coletivos do Município de Bandeirantes a Curitiba. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do segundo acesso rodoviário ligando a BR-369 à Ubiratã. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Departamento de Jornalismo da Rádio Alvorada de Londrina, na pessoa do Sr. Coutinho Mendes, jornalista responsável pelo setor e aos demais jornalistas, que vem divulgando com imparcialidade os desdobramentos da crise gerada no Hospital Universitário de Londrina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Questão de ordem) Sr. Presidente, em complementação ao meu requerimento anterior, fui informado pelas Senhoras Taquígrafas, de que não há registro pela Taquígrafia, da leitura do expediente.

Assim sendo, requeiro a Vossa Excelência que determine ao Serviço de Gravação, que nos forneça uma cópia autêntica desta sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa determina ao Serviço de Gravação desta Casa, que forneça ao Sr. Deputado a fita solicitada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.